

## PROCESSO Nº: 55 / 2020

**Processo:** 55 / 2020

**Data de entrada:** 19 de Outubro de 2020

**Autor:** Chefe do Executivo

**Ementa:** VETO INTEGRAL ao Projeto de Lei 187/2018, de autoria da Vereadora Ana Paula, que "dispõe sobre a política de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade pela Rede Pública de Saúde, com a utilização de contraceptivo reversível de longa duração de Etonogestrel, e dá outras providências", confo[...]

**Despacho Inicial:**

---

**NORMA JURIDICA**

---



AO SETOR LEGISLATIVO  
Em, 06/10/2020



# PREFEITURA DO NATAL

PROCESSO Nº 55/2020  
MENSAGEM Nº. 077/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL  
Palácio Pedro Iólgretho  
Gabinete da Presidência  
Recebido em, 19/10/2020  
Hora: 10 HORAS  
53944-2

A Sua Excelência o Senhor  
PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE  
Presidente da Câmara Municipal de Natal

Em 19 de outubro de 2020.

Senhor Presidente,

CMN, PROCESSO  
Nº 55/20  
FOLHA: 02 de 02

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1.º do art. 43 da Lei Orgânica do Município de Natal, decidi vetar integralmente o **Projeto de Lei n.º 187/2018**, de autoria da Vereadora Ana Paula, aprovado na sessão plenária realizada no dia 17 de setembro de 2020 e recebido pelo Gabinete Civil desta Municipalidade na data de 29 de setembro de 2020, que "**Dispõe sobre a política de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade pela Rede Pública de Saúde, com a utilização de contraceptivo reversível de longa duração de Etonogestrel, e dá outras providências**", por estar eivado de inconstitucionalidades, afrontando o art. 2º, art. 60, §4º, inciso III e o art. 166, §3º, da Constituição da República, e o art. 16 e o 55, incisos VI e XI, da Lei Orgânica do Município - LOM, na forma das **RAZÕES DE VETO INTEGRAL**, adiante explicitadas.

## RAZÕES DE VETO INTEGRAL

Da análise de seu teor, verifica-se que, ao estabelecer que será gratuita a concessão de implantes contraceptivos reversíveis de longa duração Etonogestrel (art. 1º); responsabilizar o Sistema Municipal de Saúde, na pessoa do profissional de saúde em atendimento, por informar a mulher a respeito dos riscos e do tratamento necessário (art. 2º); obrigar o Executivo Municipal a regulamentar a Lei no prazo de 120 (cento e vinte dias) a partir da publicação (art. 3º); estabelecer que as despesas decorrentes com execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário (art. 4º), o presente projeto de lei acaba por adentrar em atribuição exclusiva do Chefe do Executivo Municipal, incidindo em inconstitucionalidade de cunho material e formal.

Como é cediço, a iniciativa de projetos de lei, que disponham sobre funções da Administração Pública Municipal, além da viabilização de recursos públicos e a atuação, organização e estruturação de serviços públicos municipais, exsurge como de autoria exclusiva do Chefe do Poder Executivo. O art. 2º, art. 60, §4º, inciso III e o art. 166, §3º, da Constituição da República, e o art. 16 e o 55, incisos VI e XI, da Lei Orgânica do Município - LOM, por simetria aplicam a mesma diretriz. Para melhor compreensão do assunto, transcreve-se abaixo o teor dos dispositivos acima citados, *in verbis*:

### LOM:

"Art. 16. São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito.  
(...)"



# PREFEITURA DO NATAL

CMN - PROCESSO  
Nº 55120  
FOLHA: 13 de 14

*Art. 55. Compete privativamente ao Prefeito:*

*VI - dispor sobre a organização o funcionamento da administração municipal, na forma da Lei;*

*XI - planejar e promover execução de serviço público municipal;*

**CF:**

*"Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.*

*(...)*

*Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:*

*(...)*

*§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:*

*(...)*

*III - a separação dos Poderes;*

*(...)*

*Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.*

*(...)*

***§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:***

*I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;*

*II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:*

*a) dotações para pessoal e seus encargos;*

*b) serviço da dívida;*

*c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou*

*III - sejam relacionadas:*

*a) com a correção de erros ou omissões; ou*

*b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.*

*(grifos acrescentados)*

Especialmente acerca da iniciativa privativa do Chefe do Executivo para elaborar determinados projetos de lei, os quais disponham sobre organização administrativa, colhem-se os seguintes arestos:

***"EMENTA: Processo constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade. Lei de iniciativa do Executivo. Emenda parlamentar que provoca aumento de despesa. Inconstitucionalidade. 1. Os dispositivos impugnados, introduzidos por emenda parlamentar em lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, introduziram aumento da despesa prevista sem pertencerem aos casos em que há autorização constitucional para fazê-lo. 2. Ação direta com declaração de procedência do pedido.***

***(ADI 2810, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 20/04/2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-093 DIVULG 09-05-2016 PUBLIC 10-05-2016)***

***PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ.***

PALÁCIO FELIPE CAMARÃO

Rua Ulisses Caldas nº. 81. Cidade Alta. Natal/RN. CEP 59.025-090.

Telefone: (84) 3232-8984. Website: <http://www.natal.rn.gov.br>



PREFEITURA DO  
**NATAL**

CMN - PROCESSO  
Nº 55/20  
FOLHA: 01/01

*GRATIFICAÇÃO PELA ATUAÇÃO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO. CONCESSÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE FUMAÇA DO BOM DIREITO E DO PERIGO NA DEMORA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

*1. A eventual reforma do acórdão a quo repercutiria na esfera patrimonial dos servidores, porém, não se observa que o sustento dos recorrentes está em risco. 2. O acórdão a quo se encontra com fundamentação coerente e fixada em premissas jurisdicionais declaradas pelo Supremo Tribunal Federal que determinam a inconstitucionalidade do pagamento da gratificação de 50% visada pelos recorrentes. Isso porque o STF, no julgamento do RE n. 745.811/PA, em repercussão geral, declarou que "São formalmente inconstitucionais emendas parlamentares que impliquem aumento de despesa em projeto de lei de iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo". Portanto, não se visualiza a presença de fumaça de um direito líquido e certo. 3. Agravo interno não provido.*

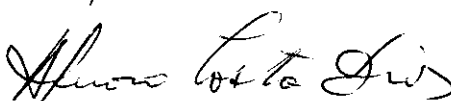
(STJ - AgInt no RMS: 57532 PA 2018/0113234-4, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 16/08/2018, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 21/08/2018)  
(grifos acrescentados)

Ademais, a Secretaria Municipal de Saúde não dispõe de suficientes recursos financeiros e previsão orçamentária para atender o pleito vislumbrado no Projeto de Lei em tela. Assim, tem-se que a proposição normativa em tela possui grande e especial relevância, vez que busca promover maior segurança à saúde da mulher, por meio de métodos contraceptivos reversíveis de longa duração, de Etonogestrol.

Entretanto, o presente Projeto de Lei contém vícios insanáveis de inconstitucionalidade porquanto violador do regime de separação e independência dos poderes, além de usurpar a competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal para dispor sobre organização e funcionamento da Administração Pública Municipal, e planejamento e promover execução de serviço público municipal.

Pelas razões expostas, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, por estar eivado de inconstitucionalidades, afrontando o art. 2º, art. 60, §4º, inciso III e o art. 166, §3º, da Constituição da República, e o art. 16 e o 55, incisos VI e XI, da Lei Orgânica do Município - LOM, **VETO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei nº 187/2018.

Atenciosamente,

  
ÁLVARO COSTA DIAS  
Prefeito

**PROJETO DE LEI N.: 00187/18**

OK 1482/2020  
PL nº 187/2018  
CMN - PROCESSO  
Nº 55/20  
FOLHA: 05 de 07

**INTERESSADO**

VER<sup>a</sup> ANA PAULA

**ASSUNTO**

Dispõe sobre política de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade pela Rede Pública de Saúde, com a utilização do Contraceptivo Reversível de Longa Duração de Etonogestrol, e dá outras providências.

**MOVIMENTAÇÃO**

DATA	ÓRGÃO	RUBRICA
31/07/2018	Setor Legislativo	
03/08/2018	Comissões Técnicas	OKP

**CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL**

C.N.P.J. 08.456.899/0001-63



Câmara Municipal do Natal  
Gabinete da Vereadora Ana Paula  
Rua Jundiá, 546, Tirol | Tel. (84) 3232.8828

PROJETO DE LEI Nº 187 /2018.

EMENTA: Dispõe sobre política de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade pela Rede Pública de Saúde, com a utilização do Contraceptivo Reversível de Longa Duração de Etonogestrel, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NATAL,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º As mulheres em situação de vulnerabilidade da Cidade do Natal, atendidas na Rede Pública de Saúde, por meio de instituições diretas ou conveniadas a qualquer título, terão direito a receber gratuitamente implantes contraceptivos reversíveis de longa duração de etonogestrel.


Art.2º O Sistema Municipal de Saúde, na pessoal do profissional de saúde em atendimento, fica responsável por informar a mulher a respeito dos riscos e do tratamento necessário.

Art.3º O Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir da sua publicação.

Art.4º As despesas com execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art.5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Natal/RN, Sala de Sessões, 19 de julho de 2018.

  
ANA PAULA  
Vereadora - PSDC  
2ª Secretária



## JUSTIFICATIVA

CMN - PROCESSO

Nº 55/20FOLHA: 06 de 21

O projeto prevê a oferta de contraceptivo reversível de longa duração para mulheres em situação de vulnerabilidade. O medicamento, a base de *etonogestrel*, será disponibilizado na rede municipal de saúde em toda cidade.

Na prática, o projeto criaria uma política de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade. O objetivo é reduzir tanto o número de gestações não planejadas como diminuir a taxa de mortalidade infantil e materna.

Dependentes químicas, moradoras de rua e adolescente terão prioridade na distribuição gratuita, tanto na rede pública convencional, por meio de instituições conveniadas. O profissional de saúde em atendimento vai ficar responsável por informar a mulher sobre o tratamento necessário e os riscos envolvidos.

Segundo a OMS, o *etonogestrel* é um dos métodos contraceptivos mais eficazes atualmente: de cada 10 mil mulheres, apenas cinco podem sofrer com alguma falha eventual do medicamento. Implante subcutâneo. O hormônio sintético chamado de *etonogestrel* já é comum na composição de pílulas anticoncepcionais.

No caso de seu uso contraceptivo de longa duração, o princípio ativo fica em um bastonete de 4 centímetros de comprimento, produzido por um material plástico flexível e estéril conhecido como EVA (Etileno Vinil Acetato). Por ser reversível, o implante pode ser retirado pelos médicos quando a mulher quiser engravidar de forma planejada.

Neste viés, na hipótese sob análise, inconteste que o presente anteprojeto contribui com a redução das gestações não planejadas, tendo em vista que a colocação contraceptivo de forma gratuita pela rede municipal de saúde é o meio eficaz de prevenção.



CMN - Projeto de Lei


Número: 187/18

Fls.: 03

Câmara Municipal do Natal  
Gabinete da Vereadora Ana Paula  
Rua Jundiá, 546, Tirol | Tel. (84) 3232.8828

*Ex positis*, dada à relevância do tema é que ora apresentamos esta proposição, esperando contar com o indispensável apoio dos nossos ilustres *pares* para a sua aprovação.

Natal/RN, Sala de Sessões, 19 de julho de 2018.

  
ANA PAULA  
Vereadora - PSDC  
2ª Secretária





*Câmara Municipal de Natal*

A casa do povo. A sua casa.

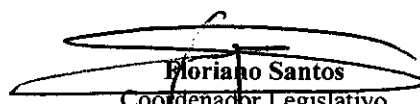
CMN - PROCESSO  
Nº 55/20  
FOLHA: 07/20

<b>PROJETO DE LEI</b>	187/2018
<b>AUTOR(A)</b>	Vereador Ana Paula
<b>DESTINO</b>	Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

## **CERTIDÃO**

**CERTIFICO** e dou fé que, consultando a base de dados deste Departamento Legislativo, não foi identificada a existência de proposição semelhante a esta em tramitação nesta Casa Legislativa.

Natal, 31 de Julho de 2018.

  
**Floriano Santos**  
Coordenador Legislativo  
Matrícula: 5386756



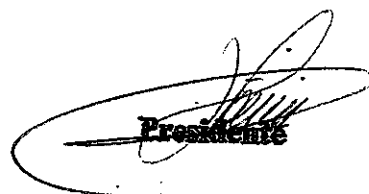
**Câmara Municipal de Natal**

A casa do povo. A sua casa.

**DESPACHO**

Lido no expediente na data de hoje, encaminho os autos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de parecer no prazo de 15 dias, por se encontrar em regime de tramitação ordinária nos termos do art. 52/II do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Natal, 1 de Agosto de 18.

  
Presidente

**PARECER**

Após a devida análise, s.m.j., entende esta Procuradoria Legislativa que a presente proposição deve tramitar nas seguintes Comissões Técnicas: Finanças e Saúde e 4

Natal, 1 de Agosto de 2013

  
Procurador Legislativo

**CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL**  
**GABINETE DO VEREADOR SUELDO MEDEIROS**

**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**Objeto:** Projeto de Lei nº 187/2018

**Assunto:** “Dispõe sobre política de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade pela Rede Pública de Saúde, com a utilização do Contraceptivo Reversível de Longa Duração de Etonogestrel e dá outras providências.”

**Autor:** Vereadora Ana Paula

**1. RELATÓRIO:**

Tratam os presentes autos do Projeto de Lei nº 187/2018, de autoria da Vereadora Ana Paula, que “Dispõe sobre política de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade pela Rede Pública de Saúde, com a utilização do Contraceptivo Reversível de Longa Duração de Etonogestrel e dá outras providências.”

Compulsando o caderno processual, observamos que deles constam: o Projeto de Lei, com sua devida justificativa (fls. 01-03), certidão do Setor Legislativo (fl. 04) e o encaminhamento ao Vereador Sueldo Medeiros, ora signatário, em atendimento às normas regimentais que disciplinam a sua tramitação, para a emissão de Parecer sobre a sua constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e técnica legislativa.

É o que importa relatar.

**2. FUNDAMENTAÇÃO:**

À partida, cumpre-nos esclarecer que a presente análise restringe-se à exclusiva alçada desta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, como bem recomendam as normas aplicáveis à espécie. Nesse sentido, a apreciação aqui levada a efeito pauta-se na juridicidade da propositura legal, isto é, presta-se a aferir a adequação do Projeto de Lei aos parâmetros consignados no art. 62, I, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Natal - RICMN, adiante reproduzidos:

VEREADOR  
**SUELDO  
MEDEIROS**

**CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL**  
**GABINETE DO VEREADOR SUELDO MEDEIROS**

CMN - PROCESSO  
Nº 5520  
FOLHA: 08

Art. 62 - A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final tem as seguintes áreas de atividades:

I - Aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental, de técnica legislativa e correção de linguagem de todas as proposições sujeitas à apreciação da Câmara;

Nessa esteira, de acordo com o art. 21 da Lei Orgânica do Município do Natal - LOM, compete à Câmara Municipal, legislar sobre todas as matérias de competência do Município. Segue *in verbis*:

“Art. 21 - **Compete à Câmara Municipal**, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no Art. 22, Inciso III, **legislar sobre todas as matérias de competência do Município**, especialmente sobre: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 3/1991, de 11.09.1991)” (Grifos acrescidos).

Adentrando no tema da propositura em análise, é de bom grado observar que, nos moldes da LOM, é dever do Poder Público a promoção de políticas voltadas ao assistencialismo social. Assim, o presente projeto de lei encontra-se em consonância com tal ato normativo, uma vez que visa auxiliar o planejamento familiar e diminuir o número de gestações não planejadas, principalmente em mulheres em situação de vulnerabilidade. Vejamos:

Art. 148 - A assistência social é prevista pelo Município a quem dela necessitar, mediante articulação com os serviços federais e estaduais congêneres, tendo por objetivo:

- I - a proteção à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
  - II - a ajuda aos desamparados e às famílias numerosas desprovidas de recursos;
- (...)

Ainda sobre o tema, a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regulamenta o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, dispõe que:

Art. 3º O planejamento familiar é parte integrante do conjunto de ações de atenção à mulher, ao homem ou ao casal, dentro de uma visão de atendimento global e integral à saúde.

Parágrafo único - As instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde, em todos os seus níveis, na prestação das ações previstas no caput, obrigam-se a garantir, em toda a sua rede de serviços, no que respeita a atenção à mulher, ao homem ou ao casal, programa de atenção integral

**CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL**  
**GABINETE DO VEREADOR SUELDO MEDEIROS**

à saúde, em todos os seus ciclos vitais, que inclua, como atividades básicas, entre outras:

I - a assistência à concepção e contracepção;

Da redação acima é possível concluir que também compete ao Município a prestação de ações voltadas ao planejamento familiar, que possuam como atividades básicas a assistência à contracepção, como almeja a propositura em análise.

De mais a mais, ao dissecar o Projeto em tela, percebe-se que tal propositura se enquadra em todas as exigências legais aqui expostas, tanto no que tange à competência de legislar, à iniciativa de proposição de leis, bem como a possibilidade de sua convivência no ordenamento jurídico.

**3. DISPOSITIVO**

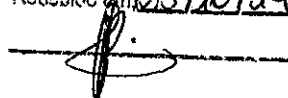
Por fim, pelo aqui exposto, **opino pela aprovação total do Projeto de Lei nº 187/2018.**

Este é o Parecer.

Natal/RN, 21 de outubro de 2019.

  
**SUELDO MEDEIROS**

**Relator**

COMISSÕES TÉCNICAS  
Recebido em 23/10/19  




**Câmara Municipal de Natal**  
A casa do povo. A sua casa.

CMNal - Projeto de Lei  
Número 182/18  
Data 10

**DESPACHO**

Designo o(a) vereador(a) SUELDO para nos termos do artigo 50 e seguintes e artigo 157 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emitir parecer a presente proposição legislativa.  
Natal, RN 15/04/19.

[Assinatura]  
Ver. Ney Lopes Júnior  
Presidente

CMN - PROCESSO  
Nº 55/20  
FOLHA: 10 de 11

**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

☒ PROJETO DE LEI    ☐ RESOLUÇÃO    ☐ DECRETO LEGISLATIVO  
☐ EMENDA À L.O.M.    ☐ VETO    ☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
☐ PROCESSO    ☐ EMENDA

Nº 182/18.

Autor: Vereador(a) Ana Paula.

Relator: Vereador(a) Sueldo Medeiros.

**VOTO DO RELATOR:** Favorável

Sala das Comissões, em 25 de 11 de 2019.

[Assinatura]  
Vereador Ney Lopes Júnior  
Presidente

☐ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

Vereador Fúlvio Mafaldo  
Membro

☐ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

[Assinatura]  
Vereadora Nina Souza  
Vice-Presidente

☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

[Assinatura]  
Vereador Kleber Fernandes  
Membro

☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

[Assinatura]  
Vereadora Ana Paula  
Membro

☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

[Assinatura]  
Vereador Preto Aquino  
Membro

☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

[Assinatura]  
Vereador Sueldo Medeiros  
Membro

☐ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção



*Câmara Municipal de Natal*

A casa do povo. A sua casa.

CMN - PROCESSO  
Nº 55/20  
FOLHA: 11 de 11

**Projeto de Lei: Nº 187/ 2018**

**Autor(a): Verª. Ana Paula**

**DESPACHO**

Remetam-se os autos ao gabinete do vereador relator, para emissão do parecer de estilo, no prazo previsto no art. 52, II do Regimento Interno.

Natal, 09 de dezembro de 2019.

**Pedro Henrique Brisolla**  
Setor de apoio às comissões técnicas  
Mat. 540660-9

PARECER

Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização

Processo nº 187/2018

Interessada: **Vereadora Ana Paula**

Trata-se de análise ao Processo nº 187/2018 de autoria do Vereadora Ana Paula, que *"Dispõe sobre política de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade pela rede pública de saúde, com a utilização do contraceptivo reversível de longa duração de etonogestrol e dá outras providências"*.

É o breve relatório.

Certificamos que a presente fundamentação está alicerçada nas competências desta Comissão, no que explicita o Regimento Interno desta Casa Legislativa, em seu Art. 64. Que diz *"A comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização tem as seguintes atribuições e áreas de atividades: I – aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições, quanto a compatibilidade com o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual e quanto a sua adequação a eles; (...)"*

A matéria em tela não trará aumento nas despesas da municipalidade, assim como não descumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal, logo não apresenta vícios legais, permitindo assim seu trâmite legal, além de atingir a classe mais carente e maior vulnerabilidade da população no que tange ao controle e planejamento familiar. Ante o exposto opino **favoravelmente** a matéria.

Natal, 17 de Dezembro de 2019.

  
PRETO AQUINO  
Vereador - Patriota



CMN - PROCESSO  
Nº 55/20  
FOLHA: 32 de 41

Ver. Dinarte Torres Rangel de Barbosa  
Presidente

( ) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

**COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

DESIGNO O VEREADOR (A) Franklin

Capistrano

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS

INICIANDO EM, 16/03/2020

[Assinatura]

**VER. FERNANDO LUCENA**  
PRESIDENTE



**Câmara Municipal do Natal**  
**Palácio Padre Miguelinho**  
**Gabinete do Vereador Franklin Capistrano**

CMN - Projeto de Lei  
Número. 187/18  
Folha. 36

Projeto de Lei nº 00187/2018  
Interessada: Vereadora Ana Paula

**PARECER**

CMN - PROCESSO  
Nº 55/20  
FOLHA: 13 de 14

Trata-se do Projeto de Lei nº 00187/2018, de autoria da Vereadora Ana Paula, que "Dispõe sobre política de proteção mulheres em situação de vulnerabilidade pela rede pública de saúde, com a utilização do contraceptivo reversível de longa duração de etonogestrel, e dá outras providências".

Em relação ao processo legislativo, o referido projeto foi aprovado na Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, bem como na Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização. Em seguida, o processo foi remetido a esta Comissão de Saúde para parecer. É o que importa relatar.

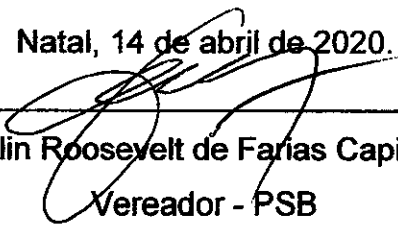
Analisando o mérito do Projeto de Lei no âmbito da Comissão de Saúde, vê-se que não existe óbice para aprovação do mesmo.


O presente Projeto de Lei pretende que as mulheres em situação de vulnerabilidade social na cidade do Natal, atendidas na rede pública de saúde, seja pública ou privada, tenham direito gratuitamente a receber implantes contraceptivos reversíveis de longa duração de etonogestrol, ora propostas pelo projeto de lei em tela.

Assim, pretende disponibilizar a referidas mulheres o devido tratamento contraceptivo a que tem direito, o que é uma questão de saúde pública, e o projeto em tela vem a contribuir em muito para a qualidade do serviço de saúde prestado à nossa população, justamente através de implantes contraceptivos para as mulheres da nossa cidade.

Ante o exposto, opino pela aprovação integral da proposição. É o parecer.

Natal, 14 de abril de 2020.

  
Franklin Roosevelt de Farias Capistrano  
Vereador - PSB

COMISSÃO DE SAÚDE  
20/04/2020  
Pelo Conselho CMN: 



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

DESPACHO

Designo o (a) Vereador (a) Franklin para nos termos do artigo 69 -  
A do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emitir parecer a presente proposição  
legislativa.  
Natal, RN 16/03/2020

Ver. Fernando Lucena  
Presidente

**COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

☒ PROJETO DE LEI    ( ) RESOLUÇÃO    ( ) DECRETO LEGISLATIVO  
( ) EMENDA À L.O.M.    ( ) VETO    ( ) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
( ) EMENDA    ( ) PROCESSO

Nº 187/18.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Autor: Vereador (a) Ana Paula  
Chefe do Executivo ☐  
Relator: Vereador (a) Franklin

VOTO DO RELATOR: PEJA APROVAÇÃO

Sala das Comissões, em 10 de AGOSTO de 2020.

Vereador Fernando Lucena  
Presidente

☒ Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereador Franklin Capistrano  
Vice-Presidente

☒ Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereadora Carla Dickson  
Membro

( ) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereador Preto Aquino  
Membro

☒ Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereador Cicero Martins  
Membro

☒ Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção



*Câmara Municipal de Natal*

A casa do povo. A sua casa.

CMN - PROCESSO  
Nº 55/20  
FOLHA: 14 2

**Projeto de Lei: Nº187/2018**

Autor: Verª. Ana Paula

**DESPACHO**

Encaminho os autos ao Departamento Legislativo, informando que o mesmo teve seu fim de Trâmite, estando apto ao Plenário.

Natal, 11 de agosto de 2020.

**Dival da Silveira**  
Chefe do setor de apoio as comissões técnicas  
Mat. 5409950



CMN - PROJETO DE LEI  
Nº 187/18  
FOLHA: 20 de 21

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO  
MESA DIRETORA

## CERTIDÃO

**CERTIFICO** e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

**Proposição:**

- ☒ Projeto de Lei 187/18  
☐ Projeto de Lei Complementar  
☐ Projeto de Resolução  
☐ Projeto de Decreto Legislativo

- ☐ Projeto de Emenda à Lei Orgânica  
☐ Processo  
☐ Emenda  
☐ Outro: \_\_\_\_\_

**Resultado da Votação:**

- ☒ Aprovado em 1ª Discussão  
☐ Aprovado em 2ª Discussão  
☐ Aprovado em Votação Única  
☐ Aprovado em Regime de Urgência –  
Dispensa de Interstício

- ☐ Aprovado o Parecer da CCJ  
☐ Rejeitado o Parecer da CCJ  
☐ Mantido o Veto  
☐ Rejeitado o Veto  
☐ Retirado ☐ Adiado ☐ Prejudicado

OBS:

**Quórum:**

- ☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☒ Unânime

Natal, 15 de Setembro de 2020.

  
Presidente

Natal, 17 de Set de 2020.

**Presidente**



PL 105/13

Voto ANA Rêgo.

Palácio "FELIPE CAMARÃO" em Natal

de de

PREFEITO

LEI Nº

CMN PROCESSO  
Nº 55/20  
FOLHA: 16 de 17

Dispõe sobre política de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade pela Rede Pública de Saúde, com a utilização de Contraceptivo Reversível de Longa Duração de Etonogestrel, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE NATAL**, no uso de suas atribuições;  
Faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL** aprovou e que sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** As mulheres em situação de vulnerabilidade da Cidade do Natal, atendidas na Rede Pública de Saúde, por meio de instituições direta ou conveniadas a qualquer título, terão direito a receber gratuitamente implantes contraceptivos reversíveis de longa duração Etonogestrel.

**Art. 2º** O Sistema Municipal de Saúde, na pessoa do profissional de saúde em atendimento, fica responsável por informar a mulher a respeito dos riscos e do tratamento necessário.

**Art. 3º** O Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir da sua publicação.

**Art. 4º** As despesas decorrentes com execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em Natal, 17 de setembro de 2020.

Paulinho Freire

- Presidente

Felipe Alves

- Primeiro Secretário

Dickson Nasser Júnior

- Segundo Secretário





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL**  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

**RECEBIDO**

Recebido em: 29/09/20

Por: [assinatura]

**OFÍCIO Nº 1482/2020-SL**

CMN - PROCESSO  
Nº 55/20  
FOLHA: 17 de 17

Natal, 23 de setembro de 2020.

Excelentíssimo Senhor  
**DOUTOR ÁLVARO DA COSTA DIAS**  
Prefeito da Capital  
N e s t a.

Assunto: *Encaminhando a Redação Final do Projeto de Lei nº 187/2018, de autoria da Vereadora Ana Paula.*

Senhor Prefeito,

Cumpre-me encaminhar a Vossa Excelência a Redação Final do **Projeto de Lei nº 187/2018**, aprovado em sessão plenária realizada no dia 17 do mês em curso, que “Dispõe sobre política de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade pela Rede Pública de Saúde, com a utilização de Contraceptivo Reversível de Longa Duração de Etonogestrel, e dá outras providências.”.

Respeitosamente,

  
**VEREADOR PAULINHO FREIRE**  
**PRESIDENTE**



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

CMN - PROCESSO

Nº 55/20

FOLHA: 18

PROCESSO	55/2020
INTERESSADO	Chefe do Executivo

## CERTIDÃO

Este departamento legislativo certifica o recebimento da Mensagem nº 77/2020, do Chefe do Executivo, em 19 de outubro de 2020, que trata do **VETO INTEGRAL ao Projeto de Lei nº 187/2018**.

Cumpre trazer que o Ofício nº 1482/2020 - emitido pela Câmara Municipal de Natal e, adiante, recebido pelo Poder Executivo Municipal em 29/09/2020 - trata de remessa da Redação Final do PL nº 187/2018, aprovado em Plenário desta Casa Legislativa.

No que se refere ao prazo para apreciação pelo Prefeito, para vetar a matéria, estabelece a Lei Orgânica Municipal:

Art. 43 – *Omissis*.

§1º - Considerando o projeto, total ou parcialmente, inconstitucional ou contrário ao interesse público, o Prefeito pode vetá-lo no **prazo de quinze dias úteis**, contados de seu recebimento, comunicando o veto ao Presidente da Câmara Municipal, dentro de quarenta e oito horas, com os motivos do ato.

Sendo assim, a interpretação devida do dispositivo acima transcrito faz saber que, a contar-se da ciência da matéria aprovada pelo Poder Legislativo Municipal, o prazo para informar sua intenção de vetar é de 15 (quinze) dias úteis, estando suas razões, ato contínuo, inclusas no prazo subsequente de quarenta e oito horas.

O veto em questão, acompanhado de suas razões, foi recebido por esta casa legislativa em 19 de outubro de 2020. Isto posto tem que o Chefe do Poder Executivo Municipal apresentou Veto Integral ao PL nº 187/2018, **dentro do prazo legal**, conforme detalhamento a seguir:

30/09/2020	quarta-feira	01º dia útil da contagem
01/09/2020	quinta-feira	02º dia útil da contagem
02/10/2020	sexta-feira	03º dia útil da contagem
03/10/2020	Sábado	Dia não útil (feriado mártires de Cunhaú e Uruaçu)
04/10/2020	Domingo	Dia não útil
05/10/2020	segunda-feira	04º dia útil da contagem
06/10/2020	terça-feira	05º dia útil da contagem
07/10/2020	quarta-feira	06º dia útil da contagem
08/10/2020	quinta-feira	07º dia útil da contagem
09/10/2020	sexta-feira	08º dia útil da contagem
10/10/2020	Sábado	Dia não útil
11/10/2020	Domingo	Dia não útil
12/10/2020	segunda-feira	Dia não útil (feriado Nossa Senhora Aparecida)
13/10/2020	terça-feira	09º dia útil da contagem
14/10/2020	quarta-feira	10º dia útil da contagem
15/10/2020	quinta-feira	Dia não útil (ponto facultativo Dia do Professor)
16/10/2020	sexta-feira	11º dia útil da contagem
17/10/2020	Sábado	Dia não útil
18/10/2020	Domingo	Dia não útil
19/10/2020	segunda-feira	12º dia útil da contagem ( <b>VETO RECEBIDO</b> )
20/10/2020	terça-feira	13º dia útil da contagem
21/10/2020	quarta-feira	14º dia útil da contagem
22/10/2020	quinta-feira	15º dia útil da contagem <b>*Fim do prazo do Chefe do Poder Executivo Municipal se manifestar.</b>

Pelos motivos ora expostos, este Departamento Legislativo **CERTIFICA** a **tempestividade do veto** apresentado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Sem mais e, desde já, à disposição para eventuais esclarecimentos, é o que importa trazer.

Natal, 10 de novembro de 2020.

  
**Virgílio Macedo Neto**  
Assessor Técnico Legislativo  
Mat.: 5406692



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

CMN - PROCESSO  
Nº 55/2020  
FOLHA: 20/01

**DESPACHO**

Considerando a leitura da presente proposição de n.º 55 /2020 na data de hoje, encaminho os autos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de parecer no prazo de 16 dias, por se encontrar no regime de tramitação ordinário nos termos do artigo 52, II, do Regimento Interno desta casa legislativa.

Natal/RN, 12 de novembro de 2020.

**PRESIDENTE**

**PARECER**

Após a devida análise, salvo melhor juízo, entende esta Procuradoria Legislativa que a presente proposição deve tramitar nas comissões de:

- ☒ Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
- ☒ Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização
- ☐ Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Transportes, Habitação, Legislação Participativa e Assuntos Metropolitanos
- ☒ Comissão de Saúde, Previdência e de Assistência Social
- ☐ Comissão de Defesa do Consumidor
- ☐ Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida
- ☐ Comissão de Ética Parlamentar
- ☐ Comissão de Indústria, Turismo, Comércio e Empreendedorismo
- ☒ Comissão de Direitos Humanos, Proteção das Mulheres, Idosos, Trabalho e Minorias
- ☐ Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia e Inovação.

O presente parecer é opinativo, cabendo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a decisão final sobre o seu trâmite, nos termos do Ato 03/17.

Natal/RN, 12 de novembro de 2020.

Navily Roche CARVALHO 9092

**PROCURADOR**

**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA  
E REDAÇÃO FINAL**  
**DESIGNO O VEREADOR (A) NINA SOUZA**

**PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE)**

**DIAS**  
**INICIANDO EM, 30 / 11 / 2020**

  
**VER<sup>a</sup>. NINA SOUZA**  
**PRÉSIDENTE**